

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/340660940>

Promoção das Práticas Corporais/ Atividade Física nos programas de governos presidenciais do Brasil (2018): diferentes caminhos, diferentes intencionalidades

Preprint · April 2020

CITATIONS

0

READS

55

3 authors:



Paulo Henrique Guerra

Federal University of Fronteira Sul

49 PUBLICATIONS 482 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Douglas Roque Andrade

University of São Paulo

98 PUBLICATIONS 2,198 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Mathias Loch

Universidade Estadual de Londrina

71 PUBLICATIONS 489 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Implementação de estratégia de integração hospitalar com a rede de atenção primária na rede de atenção à saúde do M'Boi Mirim, na cidade de São Paulo. [View project](#)



Interventions for Promotion of Physical Activity and Health in Brazil: A Synthesis of Evidence for Public Health Decisions [View project](#)



Promoção das Práticas Corporais/ Atividade Física nos programas de governos presidenciais do Brasil (2018): diferentes caminhos, diferentes intencionalidades

Journal:	<i>Physis Revista de Saúde Coletiva</i>
Manuscript ID	PHYSIS-2019-0271.R1
Manuscript Type:	Original Article
Keyword:	Atividade Motora, Política Pública, Democracia, Programas Governamentais

SCHOLARONE™
Manuscripts

Introdução

A lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997), que estabelece as normas para eleição no Brasil, exige que seja feito o registro das Propostas de Governo (PG) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos(as) candidatos(as) aos cargos executivos. Em sendo documentos oficiais, as PG devem – ou deveriam – servir de base para a análise dos eleitores sobre as ações e intenções de cada candidato(a) em relação à diversos temas de interesse coletivo, como educação, segurança pública e saúde, assim como oferecer indícios sobre o direcionamento das políticas públicas que serão adotadas pelo(a) candidato(a) eleito(a). Na literatura, são observados estudos que buscam identificar e analisar o conteúdo de PG, em temáticas ambientais (SORIANO ET AL., 2013; BARROS, 2017; TRAJANO, MARQUES, MARQUEZAN, 2017) e políticas sociais (MATIAS; BARROS, 2019).

Apesar do importante papel das Práticas Corporais e Atividade Física (PCAF) no desenvolvimento humano, inclusive em função da sua relação com indicadores de saúde, qualidade de vida, cognição e produtividade (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017), entre outros aspectos da vida humana, ainda pouco se discute sobre sua inserção nas PG brasileiras. No âmbito da saúde, o Brasil é reconhecido pela introdução de políticas públicas de promoção das PCAF, implementadas desde a segunda metade da década de 1990 (MATSUDO ET AL., 2002; BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b; BRASIL, 2014; BRASIL, 2019), com considerável atenção no debate acadêmico (AMORIM ET AL., 2013; HALLAL, 2014; MALTA ET AL., 2014; CARVALHO; NOGUEIRA, 2016), assim como pelas suas contribuições científicas e posição de liderança em iniciativas internacionais de vigilância (ex. Observatório Global de Atividade Física) e de

1
2
3 formação de redes (ex. Rede Agita Mundo e da Rede de Atividade Física das
4
5 Américas).

6
7
8 Mesmo reconhecendo as diferenças conceituais entre as vertentes “práticas e
9
10 corporais” e “atividade física” (DAMICO; KNUTH, 2014), o presente estudo busca
11
12 integrá-las numa única perspectiva, no sentido de favorecer seu debate de forma
13
14 ampliada. Vale mencionar que alguns documentos e políticas usam a terminologia
15
16 “Práticas Corporais e Atividades Físicas”, como é o caso, por exemplo, da Política
17
18 Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014).

19
20
21
22 Contudo, é prudente mencionar que as PCAF não são uma questão exclusiva do
23
24 setor saúde e, há de se considerar que, mesmo dentro deste, diversos “olhares” são
25
26 possíveis, de modo que as intenções (ou finalidades) relacionadas à promoção das
27
28 PCAF podem divergir, de acordo com a visão dos diferentes “projetos” de governo/
29
30 vertentes políticas. Isso pode ser melhor compreendido se considerarmos que a
31
32 Educação Física – que apesar de não ser a única área vinculada à promoção das
33
34 PCAF é certamente a mais diretamente relacionada – no Brasil foi e é influenciada
35
36 por diversas abordagens e perspectivas, como por exemplo: higienista, militar,
37
38 esportiva e científica (BRACHT, 2000; CASTELANI FILHO, 1988; MANOEL;
39
40 CARVALHO, 2011). Não é objetivo do presente texto discorrer ou buscar consensos
41
42 sobre a questão historiográfica destas abordagens e perspectivas, mas apontar que
43
44 a práxis em Educação Física foi e ainda é impactada por distintas influências.

45
46
47
48 Nesse sentido, visto que uma análise das PG pode contribuir para com o
49
50 direcionamento da necessária defesa (advocacy) da promoção das PCAF na
51
52 agenda política das cidades, estados e no governo federal, o objetivo do presente
53
54 estudo foi identificar e analisar comparativamente os discursos sobre estratégias e
55
56 intencionalidades relativas à promoção das PCAF no país, nas PG dos(as)
57
58
59
60

1
2
3 candidatos(as) à presidência da República do Brasil, registradas no TSE, na eleição
4
5 realizada em 2018 (para o quadriênio 2019–2022).
6
7
8
9

10 Métodos

11
12
13 Para tanto, foi conduzida uma pesquisa documental descritiva e analítica. Para SÁ-
14 SILVA; ALMEIDA & GUINDANI (2009), a pesquisa documental é um procedimento
15
16 que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de
17
18 documentos dos mais variados tipos.
19
20
21

22
23 A escolha dos documentos a serem analisados se deu de maneira intencional,
24
25 considerando o objetivo do estudo, que definiu *a priori* que os documentos seriam
26
27 as PG dos candidatos e candidatas à presidência da república do Brasil na eleição
28
29 de 2018. Assim, no dia 10 de outubro de 2018, após a realização do primeiro turno
30
31 das eleições, identificamos, no sítio eletrônico do TSE¹, as 13 PG deferidas dos(as)
32
33 candidatos(as) ao cargo de presidente da república (quadriênio 2019–2022)
34
35 (Quadro 1). A opção de organização dos arquivos após a realização do primeiro
36
37 turno se deu pela garantia de termos as versões finais (definitivas) das PG
38
39 deferidas. Da mesma forma, também foram recuperadas após o pleito as PG dos
40
41 candidatos que participaram do segundo turno, de modo que possíveis mudanças
42
43 fossem identificadas.
44
45
46
47

48
49 Inicialmente a intenção era focar este estudo nos termos Práticas Corporais e
50
51 Atividade Física. No entanto, a leitura inicial das PG deixou claro que as menções
52
53 específicas a estes termos eram inexistentes na maioria das propostas, enquanto
54
55
56
57

58
59 ¹link: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>
60

1
2
3 outros termos relacionados, especialmente “esporte”, estavam presentes, mesmo
4
5 que muitas vezes com um sentido bastante genérico, próximos inclusive do
6
7 entendimento de “atividade física” e não em seu sentido mais formal, que mesmo
8
9 sendo um termo com diversos significados, é entendido normalmente em um
10
11 sentido mais restrito, que envolve aspectos como a existência de regras
12
13 institucionalizadas e alcance de um determinado desempenho/ rendimento entre
14
15 indivíduos ou grupos (GONZÁLES; FENSTERSEIFER, 2008) – características estas
16
17 não necessariamente compartilhadas por todas as PCAF.
18
19
20
21

22 **No intuito de evitar a perda de informação relevante, para além das leituras integrais**
23 **das PG, também buscou-se encontrar nos documentos,** com ajuda da função
24
25 “localizar” no software de leitura, os seguintes termos: “educação física”, “esporte”,
26
27 “atividade(s) física(s)”, “prática(s) corporal(is)”, “sedentário(ismo)”, “mobilidade”,
28
29 “ciclovía/ ciclofaixa”, “bicicleta” e “lazer”. **Estes termos foram escolhidos por**
30
31 **conveniência, a partir da experiência acumulada dos autores na temática.**
32
33
34

35
36 Operacionalmente, passamos a considerar estes termos como sendo relacionados à
37
38 “temática das PCAF”, inclusive porque não foi objetivo do estudo o foco em
39
40 aspectos mais conceituais ligados a estes termos.
41
42

43
44 Nossa abordagem inicial foi meramente descritiva e quantitativa, com objetivo de
45
46 levantar o número de vezes que aparecia, em cada PG, termos ligados à temática
47
48 das PCAF.
49

50 **Após esta etapa, utilizamos, para a análise dos documentos, elementos da análise**
51 **de conteúdo temática, seguindo os passos apresentados por GOMES (2010)**
52
53 **especificamente a partir das etapas de pré-análise, exploração do material e**
54
55 **tratamento dos resultados/inferência/interpretação. Evidentemente estas análises**
56
57 **foram realizadas com certa flexibilidade, no sentido de que o processo de análise**
58
59
60

1
2
3 qualitativa não é totalmente linear, como destaca SOUZA (2019), quando afirma que
4
5 a flexibilidade é um aspecto fundamental à pesquisa qualitativa e o processo de
6
7 análise requer algum movimento de vaivém, conforme as necessidades vão
8
9 aparecendo ao longo do processo.
10
11

12
13 Na primeira etapa (pré-análise) buscamos realizar uma análise compreensiva inicial
14
15 do material selecionado, isto é, das partes das PG que tinham relação com a
16
17 temática do nosso interesse. Esta etapa possibilitou uma visão mais ampliada do
18
19 conjunto de dados em análise e permitiu perceber as diferentes estratégias e
20
21 intencionalidades das PG que apresentavam algo sobre a temática das PCAF.
22
23

24
25 Por meio da exploração do material (segunda etapa) buscamos identificar nas PG
26
27 as estratégias para a promoção das PCAF e as classificamos em três categorias: I)
28
29 Ações, identificadas como atividades pontuais e isoladas; II) Programas, definida
30
31 para os fins deste trabalho como um conjunto de ações e atividades com a
32
33 descrição clara de objetivos, metas e procedimentos ou III) Políticas Públicas, como
34
35 um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos com a
36
37 participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar
38
39 determinado direito assegurados na Constituição, podendo ser uma política de
40
41 governo ou de Estado, bem como as intencionalidades de cada proposta ou, de
42
43 maneira mais ampla, das PG.
44
45
46
47

48
49 A partir desta exploração do material ficou claro que seria impossível estabelecer
50
51 em todas as estratégias a sua respectiva intencionalidade. Em alguns casos, as
52
53 estratégias de fato vinham “acompanhadas” da sua respectiva intencionalidade, mas
54
55 em outros casos havia um texto introdutório sobre as intencionalidades e depois se
56
57 apresentava um conjunto de estratégias – ou mesmo não havia clareza na definição
58
59 das intencionalidades de algumas estratégias.
60

1
2
3 Assim, ao passo que iniciamos o tratamento dos resultados e sua respectiva
4 interpretação, consideramos mais adequado apresentar de maneira separada as
5 estratégias (Quadro 2) e as intencionalidades (Quadro 3) em relação à temática das
6 PCAF nas PG. Para esclarecer as intencionalidades que eram vinculadas às
7 estratégias (como em muitos casos a estratégia e a intencionalidade estavam
8 apresentadas em sequência), optamos por numerar as propostas de cada PG,
9 colocando-se a primeira letra do(a) candidato(a) e o respectivo número da proposta,
10 sendo possível de avaliar, quando estava claro na PG, a estratégia e sua respectiva
11 intencionalidade. Por exemplo: a proposta C1 do candidato Ciro Gomes
12 apresentada no Quadro 2, tem a sua intencionalidade apresentada no Quadro 3 e é
13 possível vincular a estratégia com sua respectiva intencionalidade a partir do código
14 (C1), que aparece em ambos os quadros. Nos casos em que a PG apresentava
15 intencionalidade(s) temática das PCAF, mas esta(s) não ficava(m) explicitamente
16 ligada(s) à alguma estratégia, colocamos que a intencionalidade não estava
17 relacionada à alguma estratégia específica (nr: “não-relacionada”).

18
19 Vale ainda mencionar que consideramos os nomes registrados de cada
20 candidato(a) para aparecer na urna e seguimos a ordem alfabética destes nomes
21 para a apresentação dos resultados nos quadros. Além disso, buscamos reproduzir
22 literalmente os textos apresentados nas PG, usando aspas para tanto nos quadros
23 e, sempre que possível, no texto.

24 Resultados

25 Inserção do Quadro 1

1
2
3 Em seis (46,2%) das 13 PG analisadas foram encontradas menções relacionadas a,
4 pelo menos, um dos termos pesquisados (COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE TUDO,
5 DEUS ACIMA DE TODOS, 2018; COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018;
6 COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018; COLIGAÇÃO UNIDOS PARA
7 TRANSFORMAR O BRASIL, 2018; COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR
8 O BRASIL, 2018; PARTIDO DEMOCRACIA CRISTÃ, 2018) (Quadro 1). Nestas seis
9 PG, identificamos 37 estratégias no tema PCAF, com maior frequência nas PG de
10 Guilherme Boulos (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL,
11 2018) (n = 19) e Fernando Haddad (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018)
12 (n = 9).

26 Inserção do Quadro 2

27
28
29 Quanto aos tipos de estratégias, identificou-se maior presença de ações (n=32;
30 86%), seguidas de políticas (n = 4; 11%) e programas (n = 1; 3%) (Quadro 2).

31
32 Estratégias relacionadas ao esporte recreativo foram as mais frequentes, presentes
33 em cinco das seis PG que apresentaram estratégias para o tema PCAF (13–
34 15,17,18) (Quadro 2). Em um sentido ampliado, a PG de Eymael propõe a criação
35 do “plano nacional de apoio ao esporte amador competitivo” (E1) (PARTIDO
36 DEMOCRACIA CRISTÃ, 2018), a PG de Fernando Haddad menciona a “integração
37 (...) com as demais políticas públicas” (F3) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE
38 NOVO, 2018) e a PG de Guilherme Boulos (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE
39 MUDAR O BRASIL, 2018) aponta para ações que partem desde a criação do
40 “Ministério do Esporte e Lazer” (G7) até o debate do tema no contexto da
41 “democracia direta” (G14), com “fundo público descentralizado” (G16) e
42 direcionamento dos “gastos orçamentários prioritariamente para a garantia do
43 esporte e lazer como direito” (G17), assim como o estabelecimento de “mecanismos
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 de monitoramento e avaliação das políticas (...) garantindo transparência e controle
4 social” (G13) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018).
5
6

7
8 A promoção sistêmica do esporte (envolvendo suas distintas dimensões) foi
9 observada nas PG de Fernando Haddad (F6) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE
10 NOVO, 2018) e Guilherme Boulos (G2) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE
11 MUDAR O BRASIL, 2018). Nestes dois documentos, também encontramos
12 estratégias voltadas à formação de profissionais e recursos (F7, G11 e G12). No
13 mesmo sentido, a PG de Guilherme Boulos propõe outras ações, como o
14 “Diagnóstico Nacional” (G8), a realização bianual da “Conferência Nacional de
15 Esporte e Lazer” (G9), o fortalecimento da rede CEDES (G10) e a criação do
16 “Programa de Apoio às Pesquisas” no tema (G11) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM
17 MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018) (Quadro 2).
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

31 Estratégias voltadas ao ambiente escolar foram observadas em quatro PG (13-
32 15,18) (Quadro 2). Não diferente das menções ao esporte de recreação,
33 observamos estratégias distintas, como “implementação e qualificação do esporte
34 nas escolas” (C1) (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018), “promoção do
35 esporte escolar” (F1) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018), promoção de
36 “jogos, torneios e competições entre escolas” (G5) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM
37 MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018), criação do “Centro de Desenvolvimento da
38 Educação Física Escolar” (G11) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O
39 BRASIL, 2018) e “estímulo à prática de Educação Física nas escolas do ensino
40 básico” (M2) (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018).
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54 Complementarmente, também cabe mencionar as estratégias voltadas aos
55 investimentos na infraestrutura escolar, nas PG de Fernando Haddad (F4)
56
57
58
59
60

1
2
3 (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018) e Marina Silva (M2) (COLIGAÇÃO
4
5 UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018).

6
7
8 Considerando-se a atividade física no contexto do deslocamento, nas PG de
9
10 Fernando Haddad (F8) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018) e Marina
11
12 Silva (M3) (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018) foram
13
14 identificadas ações que visam a implementação de ciclovias e pistas de
15
16 caminhadas/ corridas (Quadro 2). No contexto comunitário, observamos na PG de
17
18 Fernando Haddad a estratégia de incentivo a “atividade física e alimentação
19
20 adequada, saudável e segura” (F9) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018)
21
22 e na PG de Jair Bolsonaro o programa de “inclusão dos Profissionais de Educação
23
24 Física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao
25
26 ar livre” (J1) (COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS,
27
28 2018).

33 34 Inserção do Quadro 3

35
36 No Quadro 3, pode-se observar que nem todas as estratégias apresentaram
37
38 respectivas intencionalidades. Cabe esclarecer, dessa forma, que buscamos
39
40 resgatar, para além das intencionalidades mais específicas em relação às
41
42 estratégias, as intencionalidades mais gerais de cada PG em relação aos assuntos
43
44 pertencentes a temática das PCAF.

45
46 No Quadro 3, com olhar geral, a PG de Fernando Haddad justifica a promoção do
47
48 esporte como “direito social”, considerando seu potencial como “instrumento de
49
50 formação educacional e integração social, que contribui para a convivência em
51
52 comunidade e para a vida saudável”, “um dos pilares constituintes da identidade
53
54 brasileira” e que “permite a implementação de ações transversais nas áreas de
55
56 educação, saúde e segurança cidadã” (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO,
57
58
59
60

1
2
3 2018). Na PG de Guilherme Boulos, o esporte e o lazer são vistos como direitos,
4 mencionando “políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos e
5 sua promoção “para que as pessoas possam viver melhor” (COLIGAÇÃO VAMOS
6 SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018). A PG de Marina Silva aponta “para que
7 os brasileiros tenham acesso aos benefícios do esporte é fundamental garantir
8 políticas públicas” (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL,
9 2018).

10
11
12 Quando atreladas às estratégias, percebemos olhares distintos em relação as
13 intencionalidades na promoção do esporte recreativo: na PG de Ciro Gomes, a
14 promoção do esporte escolar é fomentada enquanto “ferramenta de entretenimento
15 e amparo aos jovens estudantes” (C1) (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018),
16 na PG de Eymael o porquê está em sua “importância na formação do caráter dos
17 jovens e no combate as drogas” (E1) (PARTIDO DEMOCRACIA CRISTÃ, 2018), na
18 PG de Fernando Haddad, um olhar mais geral, de “ser tratado como política de
19 Estado” (F5) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018); Guilherme Boulos
20 menciona democratização do acesso (G1) e garantia da “intersecção entre esporte
21 e saúde” (G3) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018)
22 (Quadro 3).

23
24 No contexto comunitário, as estratégias de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro
25 apresentaram intencionalidades distintas. Na primeira, objetiva-se a “promoção da
26 saúde” (F8) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018) e na segunda, o
27 combate ao “sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população
28 como AVC [Acidente Vascular Cerebral – grifo nosso] e infarto do miocárdio” (J1)
29 (COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, 2018). A PG
30 de Fernando Haddad também menciona a “implementação de ciclovias” como meio
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 para melhoria da “mobilidade” (F7) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018)
4
5 (Quadro 3).
6
7
8
9

10 Discussão

11
12
13 Em uma perspectiva geral, destacamos a ausência de estratégias voltadas à
14 temática das PCAF em mais da metade das PG dos(as) candidatos à presidência
15 da república do Brasil de 2018, assim como importantes diferenças nas estratégias
16 e intencionalidades analisadas. O fato de sete das 13 PG não apresentarem
17 menções na temática das PCAF é um resultado que chamou a atenção, ora pelo
18 fato da atividade física ser preconizada por lei como "fator determinante e
19 condicionante da saúde" na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL,
20 2013b), ora pela sua crescente incorporação nas políticas nacionais de saúde nos
21 últimos anos (BRASIL 2013a; BRASIL, 2014; SÁ ET AL., 2016; LOCH ET AL., 2018;
22 BRASIL, 2019).
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

36
37 Quanto aos tipos de estratégias, a maior parte delas foi classificada como ações –
38 potencialmente ligadas às políticas de governo – provavelmente considerando que
39 haveria maior governabilidade para executá-las. Por exemplo, das quatro
40 estratégias classificadas como políticas (F6, G2, G12, M2) (COLIGAÇÃO O POVO
41 FELIZ DE NOVO, 2018; COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL,
42 2018; COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018), três eram
43 relacionadas ao Sistema Nacional de Esporte. Em particular, muitas estratégias
44 propostas pareciam estar mais no campo da articulação política ou de ações que já
45 acontecem rotineiramente.
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 Também, para que se tornem realidade, é importante que estas estratégias estejam
4 previstas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentarias e na Lei
5 Orçamentaria Anual. Além disso, se acresce o baixo orçamento destinado ao setor
6 esporte, incluindo o extinto Ministério do Esporte, que entre o período de 2001 e
7 2012 apresentou uma variação de participação em relação ao PIB de 0,01% a
8 0,05%, sendo o período mais alto entre 2006 e 2011, correspondente ao período de
9 organização dos megaeventos esportivos no Brasil (MASCARENHAS, 2016).

10 O tema “esporte recreativo” recebeu maior número de menções possivelmente, por
11 conta da sua tradição no contexto nacional da Educação Física e pelo Brasil
12 recentemente ter sediado os principais megaeventos esportivos mundiais.

13 Entretanto, merece destaque a ampla variedade de estratégias mencionadas, que
14 abrangem desde o fortalecimento sistêmico do esporte (F6, G2) (COLIGAÇÃO O
15 POVO FELIZ DE NOVO, 2018; COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O
16 BRASIL, 2018), acampando todas as suas dimensões e permitindo a inclusão
17 social, até propostas pouco plausíveis, como a do investimento em “todas as
18 práticas esportivas, tais como vôlei, basquete, natação e esportes radicais, tanto no
19 esporte amador quanto no de alto rendimento” (F5) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ
20 DE NOVO, 2018).

21 É possível que esta última ação mencionada (F5) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE
22 NOVO, 2018) tenha sido idealizada no sentido de romper com certa “monocultura”
23 do Futebol, que, apesar de ter apresentando redução no seu número de
24 participantes na sua forma recreativa (LIMA; PIOVANI; LIMA, 2018), ainda tem
25 grande hegemonia na cobertura midiática. Percebemos que o alcance desta
26 estratégia seria praticamente impossível, considerando-se a amplitude do que
27 seriam “todos os esportes” e por não fazer sentido – pelo menos em relação à
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 promoção da atividade física – investir em esportes sem identificação com a cultura
4 brasileira, cuja prática seria simplesmente inviável (ex. modalidades típicas de
5 países muito frios e que necessitam de alto volume de neve para serem praticados)
6
7 ou mesmo porque é no mínimo questionável se faz sentido investir em esportes que
8 envolvem custos elevados e poucos praticantes por “equipamento”, como vela e
9 hipismo, por exemplo.

10
11
12 Não discordamos sobre o quão importante seria a promoção de distintas
13 modalidades esportivas no país, desde a experimentação/ prática recreativa até o
14 alto rendimento, mas além da dificuldade expressada no parágrafo anterior, a
15 literatura sugere que recentemente menores orçamentos foram conferidos aos
16 gastos diretos com a prática esportiva, no sentido de garantir o acesso ao esporte
17 (CARNEIRO, ATHAYDE, MASCARENHAS, 2019; CARNEIRO ET AL., 2019). Assim
18 sendo, acreditamos que a promoção do esporte recreativo, no sentido da ampliação
19 da oferta e dos acessos perpassa, não apenas pelas propostas de candidaturas,
20 mas por uma mudança no direcionamento dos orçamentos/ gastos, que nos últimos
21 anos vêm atendendo mais aos interesses econômicos (SILVA; BORGES; AMARAL;
22 2015; CARNEIRO, ATHAYDE, MASCARENHAS, 2019; CARNEIRO ET AL., 2019).

23
24 A presente síntese apontou distintas intencionalidades conferidas ao esporte de
25 recreação, considerando-se olhares mais ampliados que o entendem como um
26 “direito social” previsto na Constituição (F-nr), elemento de construção da cidadania
27 (F-nr) e, no sentido cultural, “um dos pilares constituintes da identidade brasileira”
28 (F-nr) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018). Também foram identificadas
29 intencionalidades que apontam a necessidade do reposicionamento das “políticas
30 públicas para a inclusão de setores populares preteridos” (G-nr), garantia de
31 “intersecção entre esporte e saúde (G3) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 MUDAR O BRASIL, 2018), até o reconhecimento de sua “importância na formação
4 do caráter dos jovens e no combate as drogas” (E1) (PARTIDO DEMOCRACIA
5 CRISTÃ, 2018).
6
7
8
9

10 Embora a abordagem "salvacionista" do esporte, que muitas vezes considera o
11 esporte como uma panaceia, não seja exclusiva na PG de Eymael, visto que o
12 documento deste candidato também aborda outros aspectos da temática das PCAF,
13 como o “incentivo ao lazer, por parte do poder público”, com intencionalidade de
14 “desenvolvimento social”, é de se reconhecer que a visão “salvacionista” está
15 historicamente incutida no imaginário social do país, sendo comumente revisitada e
16 reforçada em distintas oportunidades e contextos (RODRIGUES, 2008).
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26

27 De qualquer forma, sem evidentemente ignorar que o esporte pode auxiliar neste
28 cenário, reforçamos que estratégias de proteção à vida dos jovens brasileiros
29 devam ser compreendidas e aprofundadas em sua complexidade e, nesse sentido,
30 implementadas por meio de ações intra e intersetoriais, indo para além de
31 estratégias que visem exclusivamente a ampliação do acesso ao esporte ou PCAF
32 de uma forma mais geral (ROMERA, 2013). Nesse caso, as PG de Fernando
33 Haddad, ao mencionar a “integração do esporte com as demais políticas públicas”
34 (F3) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018) e de Marina Silva remetem a
35 uma visão mais ampla para o enfrentamento deste problema, percebendo a
36 necessidade da criação e fortalecimento de “uma política integrada, envolvendo
37 educação, saúde, esportes e cultura (...) com foco na valorização da vida e
38 prevenção da violência” (M4) (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR,
39 2018).
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56

57 Em relação à promoção de PCAF no ambiente escolar (C1, F1, F2, F4, G5, G11,
58 M2) (COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO, 2018; COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE
59
60

1
2
3 NOVO, 2018; COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018;
4
5 COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018), foram
6
7 identificadas estratégias que partem desde a criação do “Centro de
8
9 Desenvolvimento da Educação Física Escolar” (G11) (COLIGAÇÃO VAMOS SEM
10
11 MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018) até a abertura de escolas para a comunidade,
12
13 colocando-se como “polos de cultura, esporte e lazer” (F2) (COLIGAÇÃO O POVO
14
15 FELIZ DE NOVO, 2018). Complementarmente, cabe destacar as estratégias que se
16
17 propuseram à “ampliação da construção de quadras esportivas cobertas nas
18
19 escolas do ensino fundamental” (M2) (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA
20
21 TRANSFORMAR O BRASIL, 2018) e “reforma e requalificação” de quadras
22
23 poliesportivas na escola (F4) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018),
24
25 possivelmente pelo reconhecimento das estruturas deficitárias das escolas para as
26
27 práticas esportivas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA,
28
29 2017).

30
31
32
33
34
35 O relatório do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
36
37 (2017), indica as atividades físicas e esportivas como elemento central de um novo
38
39 modelo de escola (“Escola Ativa”), em um processo que envolve toda a comunidade
40
41 escolar. Dessa forma, investimentos na construção e manutenção dos espaços
42
43 (para além das quadras) fazem parte desta proposta de escola. Esse modelo
44
45 caminha para além dos conhecimentos e práticas da Educação Física, de modo que
46
47 o espaço escolar possa ser um local de acesso às várias possibilidades de práticas,
48
49 abrangendo distintas faixas etárias, como, por exemplo, em estratégias que
50
51 promovam sua abertura para a comunidade aos finais de semana. Por outro lado,
52
53 percebendo que no país há o declínio da prevalência de indivíduos fisicamente
54
55 ativos ao longo do envelhecimento (FLORINDO ET AL., 2009; SILVA ET AL., 2014),
56
57
58
59
60

1
2
3 é também importante que estas estratégias não sejam restritas às escolas/ alunos
4 de ensino fundamental, tal como preconiza a política proposta por Marina Silva (M2)
5 (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018).
6
7

8
9
10 A “implantação de ciclovias” (F8, M3) (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO,
11 2018; COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL, 2018) e de pistas
12 de corridas e caminhadas, que interliguem os espaços residenciais e os comerciais,
13 bem como a implementação de políticas que favoreçam o uso de vias públicas para
14 a prática de atividade física” (M3) (COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O
15 BRASIL, 2018) são estratégias que dialogam com a questão da mobilidade urbana –
16 embora essa intencionalidade tenha ficado clara apenas na PG de Fernando
17 Haddad (COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO, 2018) – de modo que se torne
18 possível o diálogo e a elaboração de estratégias intersetoriais, como nos casos do
19 Estatuto da Cidade (BRASIL, 2008(a)) e o Plano Nacional de Mobilidade (BRASIL,
20 2012).
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

36 Duas estratégias abordam o contexto comunitário: F9 e J1 (COLIGAÇÃO BRASIL
37 ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, 2018; COLIGAÇÃO O POVO FELIZ
38 DE NOVO, 2018 14,16). A primeira, mais genérica, propõe a “elaboração de
39 programas que incentivem a atividade física e alimentação adequada, saudável e
40 segura” (F9), tendo como intencionalidade a “promoção da saúde” (COLIGAÇÃO O
41 POVO FELIZ DE NOVO, 2018). Sobre a segunda, mais específica, prevendo a
42 “inclusão dos Profissionais de Educação Física no programa de Saúde da Família,
43 com o objetivo de ativar as academias ao ar livre” (J1) (COLIGAÇÃO BRASIL
44 ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, 2018), mesmo que tenha sido a única
45 estratégia que especificou temática das PCAF no contexto do SUS, ela acena para
46 algo que já existe, considerando-se que a possibilidade de introdução deste
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 profissional no SUS pode ocorrer desde 2008, quando foram criados os Núcleos
4 Ampliado à Saúde da Família (BRASIL, 2008(b)). Ademais, chama a atenção nesta
5 proposta o entendimento restrito sobre a atuação do profissional de Educação
6 Física (pois trata da “inclusão” de profissionais e não da ampliação dos seus
7 espaços e/ ou possibilidades de atuação), não mencionando que sua atuação pode
8 – e deve – ir muito além disso, inclusive fazendo parte das equipes
9 multiprofissionais e atuando de maneira interprofissional, nas consultas
10 compartilhadas, por exemplo (BRASIL, 2009; LOCH; DIAS; RECH; 2019).

11
12 Por outro lado, a visão restrita também se alonga para a sua intencionalidade, no
13 sentido de “combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à
14 população como AVC e infarto do miocárdio” (COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE
15 TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, 2018), ao passo que o olhar ampliado da
16 promoção da saúde (em paralelo ao olhar mais restrito da prevenção de doenças)
17 seja preconizado como o principal elemento de ação no contexto da atenção básica
18 nacional (BRASIL, 2014).

19
20 Em vista dos rumos atuais do debate na temática das PCAF, percebemos que
21 nenhuma PG/ estratégia a abordou de maneira mais direta a questão do
22 desenvolvimento humano, estando distantes do que se aponta no relatório do
23 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2017),
24 produzido por representantes das universidades e profissionais que atuam na
25 promoção das PCAF no Brasil e que está articulado aos objetivos e metas de
26 desenvolvimento sustentável da Organização Mundial da Saúde para 2030
27 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2018).

28
29 Outro aspecto pouco mencionado nas PG, pelo menos de maneira literal, é o
30 desafio da diminuição das iniquidades para o acesso à atividade física, uma vez que

1
2
3 existem importantes evidências indicando que sua prática, especialmente no
4 contexto do tempo de lazer, está associada à importantes variáveis
5 sociodemográficas, como renda (SILVA ET AL., 2014; DEL DUCA ET AL., 2013),
6 cor da pele (DEL DUCA ET AL., 2013), sexo (BARBOSA FILHO; CAMPOS; LOPES,
7 2014; DEL DUCA ET AL., 2013; FLORINDO ET AL., 2009; SILVA ET AL., 2014) e
8 idade (DEL DUCA ET AL., 2013; FLORINDO ET AL., 2009; SILVA ET AL., 2014),
9 havendo importantes diferenças entre os subgrupos, conforme estas características,
10 sendo urgente o enfrentamento destas desigualdades.
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21

22 A não-avaliação das estratégias e intencionalidades relativas à temática das PCAF
23 com outras estratégias propostas pode ser mencionada como uma importante
24 limitação do presente trabalho, inclusive para se oferecer uma avaliação mais ampla
25 das suas coerências e incoerências quanto a outros temas mais estruturantes ao
26 Estado, como saúde, educação, segurança pública e mobilidade.
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

38 Considerações finais

39 Sete das 13 PG presidenciais analisadas não apresentaram propostas para a
40 promoção das PCAF no país, o que é um número bastante elevado se
41 considerarmos os grandes avanços que a temática das PCAF teve nos últimos anos
42 no Brasil, inclusive em um contexto onde são identificadas importantes políticas
43 públicas. A não abordagem deste tema nas PG nos parece ser um indicativo de que
44 o acesso às PCAF como um direito fundamental ainda não é plenamente
45 reconhecido no país. Ademais, em vista da maior frequência de propostas para a
46 promoção do esporte recreativo, do ambiente escolar e do ambiente construído,
47 respectivamente, observamos que as PG que abordam o tema diferem bastante
48 tanto em relação as estratégias para sua promoção, quanto sobre suas
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 intencionalidades, o que é compreensível, pois existem muitas maneiras de se
4 promover as PCAF e que estas podem ter diferentes objetivos, inclusive em função
5 da sua natureza intersetorial.
6
7
8

9
10 Nesse sentido, mesmo que o tema PCAF tenha sido englobado por PG de correntes
11 políticas distintas, é ingênuo achar que as propostas são iguais ou que as PCAF
12 podem ser um elemento para se “unir” estas diferentes correntes políticas – que
13 representam distintas visões de mundo – simplesmente porque as PG mencionam o
14 objetivo de promoção destas práticas. Ficou claro que as estratégias (o “como”
15 promover as PCAF) e as intencionalidades (os “porquês” de se promover estas
16 práticas) diferiram bastante entre as PG.
17
18
19
20
21
22
23
24
25

26
27 **Concluindo, diante das diferenças conceituais e nas intenções das ações, planos e**
28 **políticas públicas propostas nas PG presidenciais,** nossos resultados chamam a
29 atenção para a importância de análises mais criteriosas na avaliação das propostas
30 relativas à este tema, indo para além do mero “citou” (ou não) a questão, uma vez
31 que a promoção das PCAF pode “servir” a diferentes projetos de país.
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

42 Referências

43
44 **AMORIM, T; ET AL. Descrição dos programas municipais de promoção da atividade**
45 **física financiados pelo Ministério da Saúde. *Revista Brasileira de Atividade Física &***
46 ***Saúde*, v. 18, P. 63-74, 2013.**
47
48
49
50

51
52 BARBOSA FILHO, V. C.; CAMPOS W.; LOPES, A. S. Epidemiology of physical
53 inactivity, sedentary behaviors, and unhealthy eating habits among Brazilian
54 adolescents: a systematic review. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 173-193,
55
56
57
58
59
60 2014.

1
2
3 BARROS, A. T. A governança ambiental nos planos de governo dos presidencialistas
4 nas eleições de 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 23, p. 181-216.
5
6

7
8 BRACHT, V. Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in) feliz. *Revista*
9 *Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, p. 53-65, 2000.
10
11

12
13 BRASIL. *Lei n. 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as
14 eleições. Brasília, 1997.
15
16

17
18 BRASIL. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. *Estatuto da Cidade*.
19 3 ed. Brasília, 2008.
20
21

22
23 BRASIL. *Portaria n. 154*, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à
24 Saúde da Família - NASF. Brasília: MS, 2008(b)
25
26

27
28 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de
29 Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à
30 Saúde, Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos Básicos de Saúde;
31 Cadernos de Atenção Básica n. 27. Brasília: MS, 2009.
32
33

34
35 BRASIL. *Lei n. 12.587*, de 03 de Janeiro 2012. Institui as diretrizes da Política
36 Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, 2012.
37
38

39
40 BRASIL. *Portaria n. 2.681*, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa
41 Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: MS,
42 2013(a).
43
44

45
46 BRASIL. *Lei no 12.864*, de 24 de setembro de 2013. Altera o caput do art. 3º da Lei
47 nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator
48 determinante e condicionante da saúde. Brasília, 2013(b).
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 2.446*, de 11 de novembro de 2014.

Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: MS, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE*. Brasília, 2019.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. *Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. Motrivivência*, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019.

CARNEIRO, F. H. S. ET AL. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 41, p. 343-349, 2019.

CARVALHO, F. F. B.; NOGUEIRA; J. A. D. Práticas corporais e atividades físicas na perspectiva da Promoção da Saúde na Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1829-1838, 2016.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988

COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS. *Proposta de plano de governo da coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. 2018.

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/jair-bolsonaro-proposta-de-governo-1o-turno> (1º turno) e em:

1
2
3 <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280>
4
5 000614517/proposta_1534284632231.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2019.
6
7

8 COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO. *Diretrizes para uma estratégia nacional de*
9 *desenvolvimento para o Brasil*. 2018. Disponível em:

10 <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280>
11
12 000605589/proposta_1533938913830.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2019.
13
14
15

16 COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO. *Plano de governo da coligação o povo*
17 *feliz de novo*. 2018. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/arquivos/fernando-haddad-](http://www.tse.jus.br/arquivos/fernando-haddad-proposta-de-governo-1o-turno)
18 [proposta-de-governo-1o-turno](http://www.tse.jus.br/arquivos/fernando-haddad-proposta-de-governo-1o-turno) (1º turno) e em:

19
20 <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280>
21
22 028000062/proposta_1536702143353.pdf (2º turno). Último acesso em 09 de julho
23
24 de 2019.
25
26

27 COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL. *Proposta de governo da*
28 *coligação unidos para transformar o Brasil*. 2018. Disponível em:

29 <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280>
30
31 000622171/proposta_1535040841979.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2019.
32
33

34 COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL. *Plano de governo da*
35 *coligação vamos sem medo de mudar o Brasil*. 2018. Disponível em:

36 <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280>
37
38 000601016/proposta_1533565462424.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2019.
39
40
41

42 **DAMICO, J; KNUTH, A. G. O (des)encontro entre as práticas corporais e a atividade**
43 **física: hibridizações e borramentos no campo da saúde. *Movimento*, v. 20, p. 329-**
44 **350 2014**
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 DEL DUCA, G. F. et al. Prevalence and sociodemographic correlates of all domains
4 of physical activity in Brazilian adults. *Preventive Medicine*, v. 56, p. 99-102, 2013.

5
6
7
8 FLORINDO, A. A. ET AL. Practice of physical activities and associated factors in
9 adults, Brazil, 2006. *Revista de Saude Publica*, v. 43(Suppl 2), p. 65-73, 2009.

10
11
12
13 GOMES, R. Análise e Interpretação de dados em Pesquisa Qualitativa. In:
14
15 DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.).
16
17 Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

18
19
20
21 GONZÁLES, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. *Dicionário Crítico de Educação Física*.
22
23 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí; 2008.

24
25
26 HALLAL, P. C. Atividade física e saúde no Brasil: pesquisa, vigilância e políticas.
27
28 *Cadernos de Saúde Pública*, v. 30, p. 2487-2489, 2014.

29
30 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Perfil dos estados e*
31
32 *dos municípios brasileiros: esporte: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

33
34
35 LIMA, D. F.; PIOVANI, V. G.S.; LIMA, L. A. Prática de futebol recreativo entre
36
37 adultos residentes nas capitais brasileiras, 2011-2015. *Epidemiologia & Serviços de*
38
39 *Saúde*, v. 27, p. e2017284, 2018.

40
41
42 LOCH, M. R. et al. As práticas corporais/atividade física nos 30 anos do Sistema
43
44 Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 3469, 2018.

45
46
47 LOCH, M. R.; DIAS, D. F.; RECH, C. R. Apontamentos para a atuação do
48
49 Profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde: um ensaio. *Revista*
50
51 *Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 24, e0069, 2019.

52
53
54 MALTA, D. C.; ET AL. Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da
55
56 implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. *Revista*
57
58 *Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 19, P. 286-299, 2014.
59
60

1
2
3 MANOEL, E.J.; CARVALHO, Y. M. Pós-graduação na Educação Física brasileira: a
4 atração (fatal) para a biodinâmica. *Educação e Pesquisa*, v. 37, p. 389-406, 2011

5
6
7
8 MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC
9 a Dilma. *Revista Brasileira de Educação Física & Esporte*, v. 30, p. 963-980, 2016.

10
11
12
13 MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. As políticas sociais nos planos de governo dos
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
presidenciáveis 2018 no Brasil e a mídia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, p.
339-355, 2019.

MATSUDO V. et al. Promotion of physical activity in a developing country: the Agita
São Paulo experience. *Public Health Nutrition*, v. 5(1A), p. 253-61, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Global action plan on physical activity
2018–2030: more active people for a healthier world*. Genebra: OMS, 2018.

PARTIDO DEMOCRACIA CRISTÃ. *Diretrizes gerais de governo para construir um
novo e melhor Brasil*. 2018. Disponível em
http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000624085/proposta_1534450200223.pdf.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de
Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e
Esportivas para Todas as Pessoas: 2017*. Brasília: PNUD-OMS;2017. Disponível
em: [http://movimentoevida.org/wp-
content/uploads/2017/09/PNUD_RNDH_completo.pdf](http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/PNUD_RNDH_completo.pdf). Último acesso em 09 de julho
de 2019.

RODRIGUES AL. *A desportivização das políticas sociais para a
juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias*. Porto Alegre:
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

1
2
3 ROMERA, L. A. Esporte, lazer e prevenção ao uso de drogas. *Licere*. v. 16, 2013.

4
5
6 SÁ G. B. A. R. ET AL. O Programa Academia da Saúde como estratégia de
7
8 promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de
9
10 implementação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.21, p.1849-1860, 2016.

11
12
13 SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas
14
15 teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, p.
16
17 1-15, 2009.

18
19
20 SILVA, I. C. et al. Physical activity levels in three Brazilian birth cohorts as assessed
21
22 with raw triaxial wrist accelerometry. *International Journal of Epidemiology*, v. 43, p.
23
24 1959-1968, 2014.

25
26
27
28 SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do
29
30 Ministério do Esporte do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.
31
32 29, p. 65-79, 2015.

33
34 SORIANO, E. et al. Avaliação de propostas de candidatos a prefeitos em relação
35
36 aos riscos de desastres naturais. *Sociedade & Natureza*, v. 25, n. 3, p. 525-542,
37
38 2013.

39
40
41 SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise
42
43 Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 71, p. 51-67, 2019.

44
45
46 TRAJANO, S. S.; MARQUES, A. A. V.; MARQUESAN, F. F. S. O discurso da
47
48 sustentabilidade nos planos de governo dos presidentiáveis de 2014 no Brasil.
49
50 *Anais do XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*,
51
52 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/362.pdf>
53
54
55
56
57
58
59
60

1
2
3 Title

4
5
6 Body practices/ physical activity promotion in Brazilian presidential government
7
8 programs (2018): different proposals, different Intentionalities
9

10
11
12
13
14 Abstract

15
16 This study was aimed to identify strategies and intentions related to the body practices/
17 physical activity (BPPA) promotion in Brazilian presidential government programs
18 (GP) (2018). With the retrieval of GP readings and searches for terms related to the
19 CPPA topic were performed. For data analysis we used elements of thematic content
20 analysis. Mentions of BPPA were found in only six (46.2%) of 13 deferred GP. In five
21 GP we identified strategies related to recreational sports and in four GP aspects of
22 BPPA in the school setting. In regard of the intentions, we perceive from those more
23 related to its promotion to clinical indicators improvement, strategy to combat drug
24 using to the understanding of the access of BPPA as a right of all. We conclude that
25 access to BPPA is still not recognized as a right of all people, since more than half of
26 the GP not mentioned the topic and that the GP that addressed this issue differed so
27 much in relation to their strategies and intentions for their promotion, stating that the
28 discourse on the promotion of BPPA can serve different country projects, requiring a
29 careful analysis of their paths and intentions.
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

51
52 Keywords

53
54
55 Motor Activity; Public Policy; Democracy; Government Programs
56
57
58
59
60

Quadro 1. Relação de candidaturas deferidas ao cargo de Presidente da República, Brasil, 2018 e número de menções ao tema Práticas Corporais/Atividade Física

Candidato(a) ^a	Partido(s) envolvido(s) na Proposta de Governo	Número de Menções na temática “Práticas Corporais/Atividade Física”
Álvaro Dias	Podemos; Partido Social Cristão; Partido Republicano Progressista e Partido Trabalhista Cristão	0
Cabo Daciolo	Patriota	0
Ciro Gomes	Partido Democrático Trabalhista; Avante	2
Eymael	Democracia Cristã	2
Fernando Haddad	Partido dos Trabalhadores; Partido Comunista do Brasil e Partido Republicano da Ordem Social	9
Geraldo Alckmin	Partido da Social Democracia Brasileira; Progressistas; Partido Trabalhista Brasileiro; Partido Social Democrático; Partido Republicano Brasileiro; Partido da República, Democratas; Solidariedade e Partido Popular Socialista	0
Guilherme Boulos	Partido Socialismo e Liberdade e Partido Comunista Brasileiro	19
Henrique Meirelles	Movimento Democrático Brasileiro e Partido Humanista da Solidariedade	0
Jair Bolsonaro	Partido Social Liberal; Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	1
João Amoêdo	Novo	0
João Goulart Filho	Partido Pátria Livre	0
Marina Silva	Rede Sustentabilidade e Partido Verde	4
Vera	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	0
Legenda: ^a : nome registrado para aparecer na urna		

Quadro 2. Estratégias e seus respectivos tipos, em relação a temática Práticas Corporais/ Atividade Física, previstas nas propostas de governo presidenciais, Brasil, 2018.

Código	Tipo	Estratégia
<i>Coligação Brasil soberano – Candidato: Ciro Gomes</i>		
C1	Ação	“Implementação e qualificação do esporte na escola.”
C2	Ação	“Promoção facilitada do acesso à cidade e espaços de lazer.”
<i>Partido democracia cristã – Candidato: Eymael</i>		
E1	Ação	“Implantar o pró-amador - plano nacional de apoio ao esporte amador competitivo (...) promovendo ainda políticas públicas para integração da criança e do adolescente na prática do esporte em suas várias modalidades.”
E2	Ação	“Assegurar a todos, mediante políticas públicas específicas o direito ao lazer.”
<i>Coligação o povo feliz de novo – Candidato: Fernando Haddad</i>		
F1	Ação	Promoção do “esporte escolar.”
F2	Ação	“Em regiões de alta vulnerabilidade (...) As escolas serão abertas para as respectivas comunidades e serão polos de cultura, esporte e lazer.”
F3	Ação	“Integração da política de esporte com as demais políticas públicas, o que inclui o apoio aos municípios na criação de espaços livres para prática espontânea de esporte pela população.”
F4	Ação	“Serão retomados os investimentos na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo reforma e requalificação de quadras nas escolas. O foco será nos equipamentos voltados às juventudes e na acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência.”
F5	Ação	“Investimento em todas as práticas esportivas, tais como vôlei, basquete, natação e esportes radicais, tanto no esporte amador quanto no de alto rendimento.”
F6	Política	“Criação do Sistema Único do Esporte.”
F7	Ação	“Implementação da “Universidade do Esporte, articulando ensino, pesquisa e extensão.”
F8	Ação	“Implantação de ciclovias.”
F9	Ação	“Elaboração de programas que incentivem a atividade física e alimentação adequada, saudável e segura.”
<i>Coligação vamos sem medo de mudar o Brasil – Candidato Guilherme Boulos</i>		

G1	Ação	"Considerar os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem."
G2	Política	"Criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer."
G3	Ação	"Apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento."
G4	Ação	"Promover jogos, torneios e lazer para a Terceira Idade."
G5	Ação	"Promover jogos, torneios e competições entre escolas."
G6	Ação	"Garantir a participação dos movimentos LGBTIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais."
G7	Ação	"Transformar Ministério do Esporte em Ministério do Esporte e Lazer."
G8	Ação	"Realizar e atualizar permanentemente o Diagnóstico Nacional de Esporte e Lazer, bem como fomentar a realização de diagnósticos estaduais, distrital e municipais."
G9	Ação	"Realizar a Conferência Nacional de Esporte e Lazer a cada dois anos e induzir a realização de Conferências Livres, Regionais, Municipais, Distrital e estaduais."
G10	Ação	"Fortalecer e ampliar a REDE CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer)."
G11	Ação	"Criar o Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Brasil, que envolva a Rede CEDES, a Rede CENESP e criar o Centro de Desenvolvimento da Educação Física Escolar."
G12	Política	"Criar uma Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer, que abranja os diversos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) para os diferentes trabalhadores de esporte e lazer (gestores, professores, técnicos, ex-atletas e agentes sociais) e programas sociais, vinculados às instituições formadoras."
G13	Ação	"Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social."
G14	Ação	"Incluir a temática do Esporte e Lazer nas deliberações do Sistema Nacional de Democracia Direta (...) com a intervenção e deliberação da sociedade na utilização dos recursos."

G15	Ação	"Fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, revitalizados e qualificados nas cidades, incluindo programação com oficinas e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para a comunidade."
G16	Ação	"Constituir um fundo público exclusivo do esporte e lazer, descentralizado e com acompanhamento da sociedade civil."
G17	Ação	"Destinar os gastos orçamentários prioritariamente para a garantia do esporte e lazer como direito, nos programas de fomento a vivência esportiva com fins educacionais e de participação."
G18	Ação	"Destinar os recursos extra-orçamentários de empresas estatais para a garantia do esporte e lazer como direito e para a iniciação e a excelência esportivas."
G19	Ação	"Destinar 5% do total arrecadado pela venda coletiva e centralizada dos direitos de transmissão a projetos sociais que promovam a prática do futebol, bem como a centros de formação para o futebol feminino."
<i>Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos – Candidato: Jair Bolsonaro</i>		
J1	Programa	"Inclusão dos Profissionais de Educação Física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao ar livre."
<i>Coligação unidos para transformar o Brasil – Candidata: Marina Silva</i>		
M1	Ação	"Apoio técnico e financeiro para que Estados e Municípios possam cumprir a meta de oferecer espaço público adequado às PCAF para cada grupo de 10 mil habitantes."
M2	Política	"Educação Física nas escolas (...) oferecida por profissionais com licenciatura na área e à ampliação da construção de quadras esportivas cobertas nas escolas do ensino fundamental."
M3	Ação	"Apoio aos municípios com mais de 100 mil habitantes a implantarem ciclovias, pistas de corridas e caminhadas, que interliguem os espaços residenciais e os comerciais, bem como a implementação de políticas que favoreçam o uso de vias públicas para a prática de atividade física."
M4	Ação	"O problema da segurança pública (...) é, antes de tudo, uma questão de segurança social. Uma política integrada, envolvendo educação, saúde, esportes e cultura, será estabelecida com foco na valorização da vida e prevenção da violência."

Quadro 3. Intencionalidades, na temática das Práticas Corporais/ Atividade Física, previstas nas propostas de governo presidenciais, Brasil, 2018.

Código	Intencionalidade(s)
<i>Coligação Brasil soberano – Candidato: Ciro Gomes</i>	
C1	“Ferramenta de entretenimento e amparo aos jovens estudantes”
C2	“Para que os jovens possam viver a cidade em sua plenitude”
<i>Partido democracia cristã – Candidato: Eymael</i>	
E1	Reconhecimento de sua “importância na formação do caráter dos jovens e no combate as drogas”
E2	“Forma de promoção social”
<i>Coligação o povo feliz de novo – Candidato: Fernando Haddad</i>	
nr	"O esporte é um direito social previsto em nossa Constituição. Como instrumento de formação educacional e integração social, que contribui para a convivência em comunidade e para a vida saudável, o esporte constrói a cidadania. Como manifestação cultural é um dos pilares constituintes da identidade brasileira. É também uma potente âncora econômica, com força para gerar riquezas e empregos, sendo historicamente um importante fator de desenvolvimento social e inserção das minorias. Sua capacidade de mobilizar crianças, adolescentes e jovens permite a implementação de ações transversais nas áreas de educação, saúde e segurança cidadã."
F5	"Nosso programa de governo entende que o desenvolvimento do esporte deve ser tratado como política de Estado"
F6	"Formação de profissionais de nível internacional voltados para toda a cadeia produtiva do esporte (gestão esportiva, saúde, pesquisa e políticas públicas."
F7	"Mobilidade"
F8	"Promoção da saúde"
<i>Coligação vamos sem medo de mudar o Brasil – Candidato Guilherme Boulos</i>	
nr	"Esporte e Lazer são direitos porque são necessidades humanas e, assim, devem incumbir o Estado a desenvolver políticas públicas que garantam o acesso da população."

nr	“Priorizar os esportes de alto rendimento, sobretudo as competições, naturalizam desigualdades e reforçam relações de dominação social. Sem negligenciar a importância dos grandes atletas, que possuem suas demandas legítimas, é necessário valorizar outras práticas, reconhecendo a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas.”
nr	Reposicionar “as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos, tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos para a iniciativa privada.”
nr	"Para que as pessoas possam viver melhor, tendo seus corpos como autônomos, fortalecidos e livres"
G1	"Democratizar o acesso ao esporte e às práticas corporais"
G3	“Garantir a intersecção entre esporte e saúde, ampliando o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) e estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais.”
G4	“Incentivar o esporte lazer e sociabilidades no ambiente escolar.”
Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos – Candidato: Jair Bolsonaro	
J1	"Meio de combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população como AVC e infarto do miocárdio."
Coligação unidos para transformar o Brasil – Candidata: Marina Silva	
nr	"Para que os brasileiros tenham acesso aos benefícios do esporte é fundamental garantir políticas públicas para incentivar a educação física nas escolas, as práticas do esporte e de atividades físicas para a população jovem, adulta e idosa e promover o esporte de alto rendimento."
Legenda: AVC: acidente vascular cerebral; nr: intencionalidade não relacionada a nenhuma estratégia de forma específica	